

SOCIEDADE

Regras para o próximo ano lectivo permitem dois alunos por carteira

Alunos devem estar a um metro de distância “sempre que possível”, diz a DGS. Com as limitações físicas das escolas “um metro vai transformar-se em 11 centímetros”, antecipam os directores

Covid-19
Samuel Silva

As orientações enviadas pela Direcção-Geral da Saúde (DGS) às escolas para preparação do próximo ano lectivo permitem que haja dois alunos a partilhar a mesma carteira. A recomendação geral é de que deve existir um distanciamento físico de pelo menos um metro, o que deve acontecer “sempre que possível”. Essa expressão permite às escolas não alterar a configuração das salas. O tamanho das turmas e a área dos espaços de aula não permitem outra solução na maior parte dos casos, garantem os directores.

“Foi dito que estamos autorizados a colocar os alunos lado a lado”, afirma o director do agrupamento de escolas Barbosa do Bocage, em Setúbal, Pedro Tildes, ao relatar o que sucedeu durante uma das reuniões mantidas entre os secretários de Estado da Educação e os directores das escolas públicas, na semana passada. Filinto Lima, presidente da Associação Nacional de Directores de Agrupamentos e Escolas Públicas, não esteve presente nessa reunião — os dirigentes foram divididos por regiões nos encontros com a equipa do Ministério da Educação (ME) —, pelo que não ouviu essa afirmação. “Mas também não temos indicações em contrário”, sublinha.

“As declarações da directora-geral da Saúde acabam por reforçar essa ideia”, acrescenta Lima. Ontem, na habitual conferência de imprensa em que faz um ponto de situação da evolução da pandemia, Graça Freitas esclareceu aquilo que está definido nas orientações enviadas às escolas no início do mês. “Sempre que possível, deve garantir-se o distanciamento físico de pelo menos um metro”, disse a directora-geral da Saúde, citando o documento assinado pela DGS e pelas direcções-gerais de Educação e dos Estabelecimentos Escolares.

A expressão “sempre que possível” dá “mais margem às escolas para se organizarem”, entende Filinto Lima. “Garantir um metro entre os alunos é uma improbabilidade, tendo em conta a forma como as turmas foram construídas e o tamanho das salas de aulas”, acrescenta Manuel Pereira, da Associação Nacional de Dirigentes Escolares (ANDE). Há turmas, sobretudo nos anos de escolaridade mais avançados e nos principais centros urbanos, com 28 a 30 alunos. As salas de aulas têm, em regra, entre 45 e 50 metros quadrados. De modo a garantir o distanciamento de um metro entre cada estudante, apenas caberiam nas salas entre 12 e 14 estudantes, tal como tem acontecido nos exames nacionais deste ano. As orientações para o próximo ano lectivo também não permitem desdobramentos de turmas. “Mesmo que fosse possível, precisaríamos de três escolas para o fazer”, ilustra Pedro Tildes.

Além disso, a generalidade do mobiliário existente nas escolas são carteiras duplas, lembra Manuel Pereira, pelo que não restarão muitas soluções que não sejam sentar os estudantes lado a lado, como vinha sendo habitual antes da pandemia. “O distanciamento de um metro vai transformar-se em 11 centímetros”, sublinha o dirigente da ANDE. “Parece evidente que há alunos que vão ter de ficar sentados na mesma carteira”, concorda Rosária Alves, que lidera o agrupamento de escolas de Benfica, em Lisboa. E, uma vez que um vírus que se transmite por via aérea, “isso é um problema”, adverte.

O PÚBLICO questionou o ME, que remeteu para as explicações dadas por Graça Freitas. Na conferência de imprensa de ontem, a directora-geral da Saúde afirmou que a orientação “ficou redigida assim exactamente para que não se comprometa a actividade lectiva”. A mesma responsável acrescentou que esta medida tem de ser vista “num contexto geral de múltiplas medidas entre elas a utilização de máscaras e a higienização



O Ministério da Educação não respondeu e remeteu para as explicações dadas ontem pela directora-geral da

dos espaços”.

É também isso que o ME tem transmitido aos directores: o distanciamento físico e o uso de máscara são medidas redundantes. Foram usadas simultaneamente no regresso às aulas presenciais dos alunos do ensino secundário, para reforço da segurança, mas num

O tamanho das turmas e a área dos espaços de aula não permitem outra solução na maior parte dos casos, garantem os directores

momento em que voltam todos os estudantes às salas de aulas, a solução seria impossível. Ainda assim, não deverá haver problemas para a saúde dos alunos, tem afirmado a tutela. No início do mês, o presidente da Confederação Nacional das Associações de Pais, Jorge Ascensão, dizia acreditar que “a segurança estará garantida” porque se mantém a obrigatoriedade de uso de máscara dentro de todo o espaço da escola.

Privados preparam plano B

Mesmo entre os privados, “as directoras sobre a sala de aulas” são as que estão a causar “maiores dificuldades” aos colégios, assegura o director executivo da Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo, Rodrigo Queiroz e Melo. Alguns

colégios, como o Valsassina, em Lisboa, optaram por dividir as carteiras. “Damos grande importância ao trabalho colaborativo e, por isso, juntávamos os alunos dois a dois ou três a três. A partir de Maio, separámos os alunos. É um modelo com que não nos identificamos, mas que era inevitável”, explica João Gomes, director pedagógico.

Naquele colégio lisboeta, cada turma terá uma sala de uso exclusivo e as carteiras terão o nome do aluno respectivo. Essa é uma solução que as escolas públicas estão também a estudar para reduzir as necessidades de higienização do espaço entre cada utilização. As demais preocupações demonstradas pelos colégios privados são comuns às dos dirigentes de escolas públicas contactados pelo PÚBLICO: é necessário ainda estudar como

Recorde de recuperados

O boletim de ontem registava 32.110 recuperados, com 560 pessoas a entrar para este grupo, o maior aumento desde 24 de Maio. Na altura, o grande salto deveu-se a uma mudança de metodologia no registo de dados. Nos últimos dois dias recuperaram 1045 pessoas.

Situação em Portugal

Em 15 de Julho às 14h30

**Amadora e Lisboa pior**

A directora-geral da Saúde revelou que a Amadora é o concelho mais afectado pela covid, registando 150 casos positivos por cada 100 mil habitantes, embora em tendência decrescente. Lisboa surge a seguir com 137 infectados por cada 100 mil habitantes.

Máscaras aos seis anos no recreio e salas ventiladas entre as propostas dos especialistas

Maria João Lopes

Uso obrigatório de máscaras por crianças com menos de 10 anos, aulas por turnos, desinfetante e sabão à disposição e ventilação adequada dos espaços. Os investigadores e médicos ouvidos pelo PÚBLICO não estão de acordo em relação à eficácia ou à prioridade de dar a cada medida, mas num ponto parece haver consenso: ninguém sabe ao certo como vai correr este passo, no contexto da pandemia. “Acho que podemos perfeitamente abrir as escolas. E vamos ver como corre; se correr mal, teremos de assumir outro tipo de medidas. Vamos indo e vendo, não sabemos se vai correr tudo bem, mas é fundamental abrir”, diz Paulo Santos, médico e professor universitário.

Abrir sim, mas com medidas definidas, ressalva o investigador, para quem a mais importante é o uso de máscara, mesmo por crianças a partir dos seis anos (o Governo situou a norma nos 10 anos). “A grande medida deve ser a utilização das máscaras, na sala de aula e no recreio. É fundamental ensinar as crianças a usar máscaras, como usar e para que se usa. E é fundamental haver um regulamento a dizer que é obrigatório, ou enquadrado numa lei”, defende.

Os alunos devem saber que, ao fim de seis horas, ou se “estiver molhada”, é conveniente trocar a máscara e que não se deve andar a mexer nela com as mãos. “Vai ter de ser. Nos infantários é muito mais complicado, mas a partir dos seis anos, sim. É preciso pensar em mecanismos de motivação das crianças”, diz, acrescentando que o ideal é que sejam adoptadas outras medidas como horários que combinem aulas presenciais e online.

Tiago Taveira, médico e engenheiro informático, não é contra o uso generalizado de máscaras, mas entende que a eficácia vai diminuindo com a idade das crianças. “Máscara e lavagem das mãos, sim, sem dúvida, mas não pode ser só isso, porque, quanto mais novas forem as crianças, mais

aléveis serão esses mecanismos. Por isso, devem ser adoptados outros. Quem desenha o planeamento não pode depender do rigor da criança para controlar a pandemia”, diz o também professor universitário, para quem as escolas podem ser um “rastilho”. “O risco de voltarmos a galopar nos casos é muito grande. Temos de ter garantidas medidas para minimizar o risco, independentemente do grau de rigor com que as crianças cumpram as acções individuais”, diz. Quais? “Maximizar a carga online ao máximo, tudo o que puder ser não presencial deve ser. Só o que tiver de ser é que deve ser presencial. Ventilar as salas o mais possível e assegurar o distanciamento físico das crianças, com vigilantes.”

A ventilação é uma necessidade apontada também por Ricardo Mexia, presidente da Associação Nacional dos Médicos de Saúde Pública. “A capacidade de renovar o ar é importante, o que pode ser feito através da ventilação natural, abrindo portas e janelas, ou da ventilação mecânica. Não havendo esta possibilidade, não será fácil, no Inverno, manter portas e janelas abertas. Por isso, é importante pensar nesta componente.”

Será também preciso ter em atenção o contexto epidemiológico da região onde a escola se insere, avisa

Ricardo Mexia. A higiene das mãos é outra regra que considera importante, bem como o uso de máscara: “Quanto mais se alargar a utilização da máscara, mesmo a idades mais [baixas], melhor, [isto] se as crianças conseguirem fazê-lo sem ser contra-productivo, de forma adequada e para reduzir o risco”, ressalva.

Miguel Soares, do Instituto Gulbenkian Ciência, salienta que “há estudos a dizer que as crianças transmitem menos, mas ainda não é uma conclusão fechada” e que se sabe que “há ambientes específicos propensos à transmissão, como salas fechadas, sem ventilação, com temperatura alta, baixa humidade e com pessoas que falam alto, o que tem que ver com a forma como vamos buscar ar aos pulmões para projectar a voz mais longe”. Se a decisão de abrir as escolas fosse apenas médica, diz, enquanto não se provasse que as crianças não transmitam a doença, não se abria a rede escolar. Mas há outros factores que pesam, como os económicos, os sociais e até os formativos. O cientista inscreveu o filho de sete anos nas “actividades lúdicas” da escola. “Espero não estar errado, mas não sei e não vou dizer para fazerem o mesmo.”

maria.joao.lopes@publico.pt



Combinar aulas presenciais com ensino online é outra das ideias

Costa recusa novo confinamento

O primeiro-ministro afirmou ontem que o país não aguenta um segundo período de confinamento, reiterando que o próximo Inverno deve ser preparado assim que possível. “Não podemos repetir o confinamento que tivemos de impor durante o período do estado de emergência. As empresas, as famílias e as pessoas não o suportarão”, assumiu. Perante uma segunda vaga da pandemia, Costa afirmou que o trabalho de adaptação “tem de ser feito agora”. Questionada pelo PÚBLICO, a directora-geral da Saúde preferiu não comentar estas declarações. “Não comento o que o senhor primeiro-ministro diz. Aprendemos muito com esta pandemia e sabemos que podemos passar de um confinamento genérico para um confinamento cirúrgico. Quando dizemos que uma família tem de ficar confinada, estamos a fazer isso a um nível micro. Quando é uma rua ou bairro... diferente é ser ao nível de um país”, disse. Já Marcelo Rebelo de Sousa, foi bem mais cauteloso. “Nós ainda não acabámos de viver um surto pandémico. É verdade que já se fala no próximo surto, mas ainda não saímos do actual. É bom que isso fique claro, que isto às vezes também é muito português: estamos a falar no segundo surto e ainda estamos no primeiro, ainda estamos com mais de 300 contaminados por dia no primeiro.” O Presidente da República concordou que será “muito difícil voltar a repetir o confinamento, portanto, tem de se encontrar fórmulas de antecipar e de substituir uma solução radical, prevenindo essa segunda onda”. “Não podemos deixar de ter os pés na terra e de ter cuidado com esta onda que existe.”



Saúde

se reduz o cruzamento entre os alunos nos corredores e demais espaços comuns e há apreensão sobretudo com a limpeza constante das casas de banho e o uso dos bufetes e refeitórios, por onde passam centenas de alunos em períodos de tempo relativamente curtos.

Os colégios estão, tal como as escolas públicas, a preparar o regresso às aulas em regime presencial, a partir de Setembro, mas “com uma nuance”, sublinha Queiroz e Melo. Os privados vão “incorporar tecnologia” nas aulas presenciais, recorrendo a plataformas digitais que foram usadas nos últimos meses de ensino à distância. “Isso vai facilitar imenso o processo na altura em que possa ser necessário avançar para um plano B ou C”, antecipa.

samuel.silva@publico.pt

PAULO FIMENTA

MANJFI ROBERTO